

Setenta anos depois da derrota do nazi-fascismo, “na Europa fala-se alemão”.

1. - Muito mais do que em 1914-1918, a 2ª Guerra Mundial foi, por parte da Alemanha, uma guerra de ocupação, de extermínio de populações civis, de pilhagem de estruturas fabris e de recursos naturais, de exploração dos cidadãos dos países ocupados como mão-de-obra escrava.¹ Para além dos que eram forçados a trabalhar para a economia de guerra alemã nos seus próprios países, em setembro de 1944 trabalhavam na Alemanha, em regime de trabalho forçado, cerca de 7,5 milhões de cidadãos provenientes de países ocupados pelo exército nazi (21% da força de trabalho do país).

Nesta Guerra, as estruturas económicas tornaram-se alvos militares prioritários para cada um dos beligerantes. E a destruição foi brutal. Cidades inteiras foram arrasadas: 25 milhões de pessoas na URSS e 20 milhões na Alemanha ficaram sem casa.² No que se refere a infra-estruturas, instalações e equipamentos de interesse económico, foi dramática a destruição de vias férreas, e de material circulante ferroviário, de estradas, pontes, canais, portes, marinha mercante, aviação, estabelecimentos industriais, terras de cultivo, rebanhos de gado. Neste domínio, a ocupação alemã foi particularmente bárbara na Europa de Leste (Grécia, Jugoslávia, Ucrânia), onde os guerrilheiros locais opuseram uma resistência duríssima às tropas nazis, atrasando (talvez fatalmente, para os desígnios alemães) a sua progressão a caminho da URSS.

Mais dramáticas ainda foram as perdas humanas: pelo menos 36,5 milhões de mortos entre 1939 e 1945, a maioria dos quais mortos civis. O maior número, quer em mortos civis quer em mortos militares, pertence à União Soviética (cerca de 25 milhões, entre os quais se calcula mais de 16 milhões de civis).³ Mas a Polónia perdeu cerca de 20% da sua população anterior à Guerra (uma em cada 5 pessoas); a Jugoslávia perdeu um em cada oito dos seus habitantes; a Grécia um em cada 14; a Alemanha perdeu um em 15; a França um em 77; a Grã-Bretanha um em 125 habitantes. Foi toda uma geração que se perdeu. E a estas perdas temos de acrescentar a das crianças que não nasceram por causa da Guerra e dos problemas que tiveram de enfrentar, no final da Guerra, os muitos milhões de pessoas deslocadas (civis e militares) em vários países, uma

¹ Calcula-se que, na 1ª Guerra Mundial, os mortos civis tenham representado 5% do total de vítimas mortais e que esta percentagem tenha subido para 60% na 2ª Guerra Mundial. Nas guerras imperialistas deste terceiro milénio, calcula-se que a percentagem de mortos civis se cifre entre 80% e 90%. Cfr. J. P. NETTO, “Uma face...”, *cit.*, 111.

² Segundo dados colhidos em T. JUDT, *PÓS-GUERRA*, *cit.*, 36 e 110, na área metropolitana de Londres foram destruídos 3,5 milhões de habitações; 90% das habitações de Varsóvia ficaram sem préstimo; quase 75% das habitações em Budapeste; na Itália, ficaram inutilizadas 1,2 milhões de habitações urbanas; perderam-se 40% das habitações alemãs, 30% na Inglaterra e 20% na França.

³ Uma nota, colhida em T. JUDT, *últ. ob. cit.*, 39: dos 5,5 milhões de soldados soviéticos capturados pelos exércitos alemães, 3,3 milhões morreram nos campos alemães de frio, fome e maus tratos; só em Kiev (setembro/1941) os alemães capturaram 750 mil soldados soviéticos, dos quais apenas 22 mil sobreviveram; ao invés, a maioria dos 3,5 milhões de prisioneiros de guerra soviéticos regressaram a casa no final da Guerra.

boa parte das quais não teve condições de regressar ou não quis regressar (por diversas razões) aos seus países e/ou às suas terras de origem.

2. – A consciência desta realidade levava as pessoas em geral e os responsáveis políticos a admitir que a Europa iria sofrer algumas décadas de pobreza e de sacrifícios pesados. O próprio De Gaulle dizia aos franceses, em outubro de 1945, que a recuperação da França exigiria vinte e cinco anos de “trabalho encarniçado”.

Perante o rumo que os acontecimentos começavam a tomar na Europa de Leste, esta perspectiva não servia os interesses dos EUA e, na Europa, de todos os que queriam evitar a expansão do mundo socialista. Foi neste contexto que surgiu o *Plano Marshall*, o primeiro programa de auxílio a países estrangeiros organizado por um país capitalista (neste caso, auxílio dos EUA à Europa).

Sem dúvida que a ajuda americana (13 mil milhões de dólares entre 1947 e 1951) permitiu à Europa ocidental uma recuperação mais rápida e com menos sacrifícios, proporcionou condições que facilitaram a cooperação entre os países europeus (vencedores e vencidos), evitando a imposição à Alemanha do dever de pagar indemnizações compensatórias e o recurso a políticas de autarcia semelhantes às adotadas no período posterior à 1ª Guerra Mundial, beneficiando o desenvolvimento do comércio intra-europeu e o desenvolvimento económico na Europa.

Mas o *Programa de Recuperação da Europa* foi claramente enquadrado nos objetivos estratégicos dos EUA, que se assumiram como potência hegemónica do mundo capitalista. A convicção, desde o início, de que o *Plano Marshall* era um instrumento para isolar a URSS é que terá levado a União Soviética e os países que viriam a constituir a comunidade socialista europeia a recusarem a ajuda dos EUA.

A Administração americana acreditava que o *Plano Marshall* era “uma oportunidade de reconstruir a Europa à imagem da América”, tendo financiado estágios de milhares de gestores, técnicos e sindicalistas europeus para poderem apreciar *in loco* as virtudes da organização económica americana e do *american way of life*.

O *Plano Marshall* foi, também, um programa de auxílio à indústria americana, que o esforço de guerra dotara de uma capacidade de produção sobredimensionada e, por isso mesmo, carecida de mercados alternativos ao da guerra, condição indispensável para evitar a falência de muitas empresas e para fugir à séria ameaça de depressão que se fez sentir no imediato após-guerra. O Diretor da CIA, Allen Dulles, reconhece isto mesmo abertamente: “O Plano pressupõe que desejamos ajudar a recuperar a Europa (...), que poderá comprar uma quantidade substancial dos nossos produtos”. Uma das condições da ajuda era, aliás, a de que todos os bens enviados para a Europa a partir dos EUA deveriam ser transportados em navios de bandeira americana, carregados por estivadores filiados na AFL-CIO. Como Tony Judt observa, “o Plano Marshall

iria beneficiar os Estados Unidos ao recuperar o seu maior parceiro comercial, em vez de reduzir a Europa a uma dependência imperial.”

Este foi também um expediente que facilitou aos EUA a imposição do livrecambismo nas relações comerciais em todo o mundo capitalista. Do mesmo modo que o livrecambismo tinha servido os interesses da Inglaterra imperial antes da 1ª Guerra Mundial, ele foi agora um dos instrumentos que facilitaram a afirmação dos EUA como potência capitalista hegemónica.

Mas o *Plano Marshall* foi também concebido como uma ‘arma’ destinada a garantir o domínio americano no quadro da ‘guerra fria’. Um relatório de um comité coordenador dos Departamentos de Estado, da Guerra e da Marinha (21.4.1947) não deixa dúvidas a este respeito: “É importante manter em mãos amigas as áreas que contenham ou protejam fontes de metais, petróleo e outros recursos naturais, onde se integrem objetivos estratégicos ou locais estrategicamente situados, que tenham um grande potencial industrial, que possuam efetivos importantes de mão-de-obra ou de forças militares organizadas ou que, por razões políticas ou psicológicas, permitam aos Estados Unidos exercer uma influência mais significativa a favor da estabilidade, da segurança e da paz mundiais”.⁴

A *exportação de capitais públicos*, sobretudo com destino aos países subdesenvolvidos, no quadro do que se designou por *neo-colonialismo*, é uma das novidades do período imediatamente a seguir à 2ª Guerra Mundial. Trata-se de empréstimos e financiamentos de vária ordem concedidos em regra no âmbito de programas de auxílio aos países subdesenvolvidos (*ajuda ao desenvolvimento*). E as características do *Plano Marshall* acabaram por marcar todos os programas de auxílio aos países subdesenvolvidos que mais tarde se seguiriam: assegurar a manutenção das condições de domínio económico-político dos países exportadores de capitais sobre os países ‘beneficiários’ desse auxílio.

Na origem destes programas de auxílio está uma doutrina formulada em 1957 por um grupo de especialistas americanos sob a orientação de Walter Whitman Rostow, “segundo o qual os objetivos da política exterior dos Estados Unidos poderiam ser melhor alcançados mediante uma bem orientada ‘ajuda externa’ aos países subdesenvolvidos”. Analisando esta doutrina, Celso Furtado salienta “que o objetivo da política dos Estados Unidos é conservar integrada a sua esfera de influência e que o desenvolvimento deste ou daquele país deve ser considerado como um meio para alcançar esse fim.”⁵

O que se diz a respeito dos EUA poderá dizer-se a respeito dos outros países empenhados em programas de auxílio público aos países subdesenvolvidos, programas cujo objectivo não é, em regra, o desenvolvimento dos países ‘beneficiários’, mas, segundo muitos especialistas, “a

⁴ *Apud* T. JUDT, *últ. ob. cit.*, 124/125.

⁵ *Cfr.* C. FURTADO, “A hegemonia...”, *cit.*, 592.

manutenção e o reforço do poderio dos países dominantes”⁶, sendo certo que “é essencialmente o aspecto ‘subvenção à sua própria indústria’ que orienta a maioria dos países doadores.”⁷

Este é um aspecto que se torna patente se atentarmos na prática corrente da *ajuda ligada* (ou *ajuda vinculada*), que obriga o país beneficiário a aceitar certas condições impostas pelo país que concede o auxílio, ou, muitas vezes, pelo FMI e pelo Banco Mundial (v.g., a obrigação de gastar as verbas na aquisição de bens produzidos no país dominante, para além de ‘obrigações’ de ordem política: privatizações, ‘facilidades’ ao investimento estrangeiro, não tributação dos rendimentos do capital, liberalização do comércio e dos movimentos de capitais, ‘flexibilização’ da legislação laboral, domesticação dos sindicatos, etc.).

3. –A Guerra alterou profundamente a geografia política do mundo: durante a Guerra o PNB dos EUA duplicou; em 1945 a América possuía metade da capacidade de produção industrial instalada em todo o mundo; dispunha da maioria dos excedentes alimentares; controlava a quase totalidade das reservas financeiras; tinha uma frota maior do que as dos outros países em conjunto; dispunha da única moeda que podia funcionar como meio de pagamentos internacionais.

Dentro do mundo capitalista, os EUA emergem como potência hegemónica, nos planos económico, política e militar⁸, o que significou “rebaixar a Grã-Bretanha e a França (para não falar na Bélgica, na Holanda e em Portugal) à posição de sócios menores do imperialismo norte-americano”.⁹

Com o lançamento da bomba atómica sobre Hiroshima (6 de agosto de 1945), ou, como outros pretendem, com o famoso discurso em que Churchill falou da *cortina de ferro* (Fulton, Missouri, 5.3.1946), teve início a *guerra fria*, a política de “contenção do comunismo” e a conseqüente *corrida aos armamentos*.¹⁰ De 1949 para 1950, o montante das despesas militares

⁶ J. M. ALBERTINI, *ob. cit.*, 123.

⁷ M. GUERNIER, *ob. cit.*, 122.

⁸ Paul Lindau, Diretor do Instituto de Estudos Políticos, faz esta análise da situação: “Graças à Guerra, os EUA concentraram nas suas mãos todas as cartas do jogo da economia capitalista à escala mundial. Para que o jogo continue, há que redistribuir as cartas, em especial com a Europa Ocidental, sob pena de a vermos afastar-se da órbita da livre empresa. O sistema de redistribuição das cartas será o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Plano Marshall, etc. Até então, tínhamos possessões fora dos EUA, mas não um império formal, à semelhança da França e da Inglaterra. Tivemos de concretizar essa ideia do império sem nunca termos tido administração colonial e sem querermos admitir para nós que estávamos a desempenhar um papel anti-democrático. Tínhamos de justificar esse papel. Isso será feito a coberto do conceito de ‘segurança nacional’. Doravante teremos de fazer face a um perigo comunista que *deverá estar sempre presente e ser sempre ameaçador*.” [apud J. ARNAULT, *ob. cit.*, 37. Sublinhados meus. AN]

⁹ Assim se exprime Paul BARAN (*A Economia...*, cit., 11), que cita esta análise da revista londrina *Economist* (17.12.1956): “Devemos aprender que que já não somos iguais aos americanos, e nem podemos sê-lo. Temos o direito de determinar os nossos interesses nacionais mínimos e esperamos que os americanos os respeitem. Isto feito, porém, devemos procurar a sua liderança”. As ações do império britânico passaram para o controlo de outro acionista, e os EUA iniciaram o processo que visa garantir para si “o papel do Estado do sistema do capital em si.” (Cfr. I. MÊSZÁROS, *O Século XXI*, cit., 41).

¹⁰ Os poderosos interesses daquilo que Eisenhower viria a designar por *complexo militar-industrial* impuseram a política militarista, apesar da oposição dos membros mais destacados da comunidade

dos EUA quase quintuplicaram, e em 1952/1953 as despesas militares absorvem 17,8% do PIB (contra 4,7% em 1949). O arsenal nuclear americano passou de 9 bombas atômicas em 1946 para 50 em 1948, 170 em 1950 (ano que o Presidente Truman deu ordens para que fosse acelerado o processo conducente à produção da bomba de hidrogénio), 841 em 1952, 2000 em 1955 e 28.000 em 1962; paralelamente, o número de aviões bombardeiros, estacionados em várias bases aéreas dos EUA e em vários pontos do mundo, aumentou de 50 em 1948 para mais de mil em 1953, e o primeiro bombardeiro intercontinental (o famoso B-52) ficou operacional em Junho de 1955. A URSS, apesar das condições difíceis de vida da população, seguiu caminho idêntico: o número de armas nucleares passou de cinco em 1950 para cerca de 1700 no final dos anos 1950. Antecipando-se aos EUA, a URSS ensaiou com êxito o primeiro míssil balístico intercontinental em agosto de 1957 e no dia 4.10.1957 lançou o primeiro satélite artificial (o Sputnik).¹¹

Na Europa, o esforço de guerra e a persistência da Inglaterra em manter o seu estatuto de potência colonial e de grande potência mundial transformaram o Reino Unido de maior credor mundial em maior devedor, de tal modo que o país se encontrava insolvente em 1945, ano em que dez milhões de britânicos (de um total de 21,5 milhões de adultos empregados) estavam no serviço militar ou fabricavam armamento. Em 1946 foi imposto o racionamento do pão (que nunca fora imposto durante a Guerra) e quase todos os bens de primeira necessidade estavam racionados. O racionamento dos produtos limentares só terminaria em 1954, mais tarde do que no resto da Europa Ocidental. Apesar da penúria, o RU viu-se obrigado a destinar quase todos os fundos provenientes do *Plano Marshall* ao pagamento dos encargos da dívida externa contraída junto dos EUA. Entre 1946 e 1948 emigraram mais de 150 mil britânicos. Como único consolo, o facto de praticamente não haver desemprego e de a distribuição da riqueza se ter tornado menos desigual (a parte do rendimento arrecadado pelo núcleo de 1% mais ricos baixou de 56% em 1938 para 43% em 1954).¹²

científica americana e mundial, com destaque para Albert Einstein, que em 1946 se pronunciava deste modo: "É apavorante perceber que o veneno do militarismo ameaça trazer mudanças indesejáveis à atitude política dos Estados Unidos. (...) O que estamos vendo não é uma expressão de sentimentos do povo norte-americano; pelo contrário, reflete a vontade de uma poderosa minoria que usa a sua força económica para controlar os órgãos da vida política. Se o governo se mantiver nesse curso catastrófico, nós, cientistas, devemos recusar a submissão às suas exigências imorais, ainda que apoiadas por aparato legal. Existe uma lei não escrita, a da nossa consciência, que é muito mais impositiva que qualquer outra que venha a ser inventada em Washington. E, naturalmente, existem armas definitivas à nossa disposição: a não cooperação e a greve."

Até hoje, os círculos dirigentes norte-americanos continuam fiéis à ideia de que, na síntese de um almirante Americano, é "do melhor interesse dos Estados Unidos ter um grande inimigo", qual papão inventado para justificar, junto da opinião pública, a militarização da economia e da política americanas. (citações colhidas, respetivamente, em I. MĚSZÁROS, *últ. ob. cit.*, 84/85 e 67).

¹¹ Uma evolução semelhante verificou-se no Reino Unido e na França e, depois de 1949, na generalidade dos países membros da NATO. O Reino Unido lançou com êxito a sua primeira bomba atômica em outubro de 1953. A França só entraria no 'clube' em fevereiro de 1960. Cfr. T. JUDT, *PÓS-GUERRA*, cit., 188, 292/293.

¹² Cfr. T. JUDT, *últ. ob. cit.*, 198-201.

A França tinha sido afastada das grandes conferências (nomeadamente Postdam e Ialta) em que se traçou o destino do mundo para o período do após-Guerra, embora tenha conseguido a vitória diplomática de lhe ser atribuída uma zona de ocupação na Alemanha e de se ver incluída no pequeno leque dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Mas o seu estatuto de potência colonial ficou desvalorizado e, como consequência da ocupação do seu território pela Alemanha, perdeu o estatuto de potência europeia. Ao contrário do que a França pretendia, a Alemanha não foi obrigada a pagar indemnizações de guerra à França e muito menos desmantelada e anulada economicamente, com a separação da Alemanha das regiões do Ruhr, do Sarre e de algumas áreas da Renânia, cujos recursos seriam colocados à disposição da França. Pouco depois da rendição da Alemanha, os interesses dos EUA cedo apontaram no sentido da recuperação económica, política e até militar da Alemanha.

Mas o Plano Monnet para a reconstrução da França contava com o carvão e o coque alemães para alimentar a indústria do aço francesa, uma vez que a França era tradicionalmente grande importadora destes materiais. A pressão das circunstâncias obrigou a França a ter que dar a mão à Alemanha, através da proposta que ficou conhecida por *Plano Schuman*, apresentado publicamente no dia 9 de maio de 1950, cinco anos depois da rendição da Alemanha: “o governo francês propõe que toda a produção franco-germânica de carvão e de aço seja colocada sob uma alta autoridade conjunta no quadro de uma organização que estaria também aberta à participação de outros países da Europa”. O Governo francês viu nesta proposta a possibilidade de partilhar o controlo do Ruhr e os recursos mineiros alemães do carvão e do coque, mas, ironicamente, ela abriu a porta à entrada da Alemanha, “pela primeira vez, numa organização internacional em igualdade de condições com outros estados independentes”.¹³ Na sequência da aceitação desta proposta pela Alemanha Ocidental, pela Itália e pelos países do Benelux, foi constituída a *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* (Tratado de Paris, abril de 1951).

A Alemanha, como é natural, saiu da Guerra militarmente aniquilada, economicamente debilitada e politicamente dependente e dividida (em breve, em dois estados separados, solução que ninguém tinha preconizado até maio de 1945). Cedo, porém, americanos e ingleses começaram a pensar que o melhor era recuperar a Alemanha economicamente, para os alemães contribuíssem para o seu sustento e recuperação e também para a recuperação das demais economias europeias, para as quais o mercado alemão era importante.

O problema da Alemanha revelou-se o mais importante e o mais difícil de resolver, tanto nas relações entre os aliados ocidentais, como nas relações entre estes e a URSS. Em 1 de junho de 1948 os EUA, RU e França anunciaram o propósito de criar um estado independente na zona ocidental da Alemanha e em 18 de junho foi anunciada a criação da moeda deste futuro estado, o *Deutsche Mark*, que veio substituir o velho e desacreditado *Reichmark*. A URSS respondeu

¹³ Cfr. T. JUDT, *PÓS-GUERRA*, cit., 193/194.

criando um novo marco na zona oriental e dificultando as comunicações por terra com Berlim Ocidental. Os EUA e o RU responderam com uma ponte aérea, e estava de pé a agudíssima *crise de Berlim*. Em janeiro de 1949, a URSS propôs o levantamento do bloqueio em troca do adiamento dos planos de criação do estado alemão ocidental; os aliados ocidentais aceitaram apenas a realização de uma conferência para discutir o assunto; a URSS levantou o bloqueio em 12 de maio de 1949. A conferência realizou-se, mas, entretanto, em junho de 1949, era aprovada em Bona a Lei Fundamental da República Federal da Alemanha. Uma semana depois, a URSS anunciou, por sua vez, a criação de um estado alemão oriental na zona de ocupação que lhe estava confiada, criação que se concretizou em 7 de outubro de 1949.

Neste contexto, foi criada a NATO, em abril de 1949.¹⁴ Pouco depois, o *Plano Marshall* foi dado como concluído, dando lugar a um programa de assistência militar, que, no final de 1951, se traduziu na transferência dos EUA para a Europa, para fins de ajuda militar, de cinco mil milhões de dólares, cifra que ganha significado se recordarmos que o total da ajuda ao abrigo do *Plano Marshall* se ficou pelos 13 mil milhões de dólares, entre 1947 e 1951.¹⁵

Em 1952, a URSS insistia na proposta de assinatura de um Tratado de Paz que reconhecesse a Alemanha como estado independente, unificado, desmilitarizado e neutral (a solução consensual antes do final da Guerra). Mas os EUA tinham começado, em 1950, conversações separadas com o RU e a França sobre a remilitarização da Alemanha, e não tomaram em consideração as propostas soviéticas. O problema alemão tendeu a centrar-se na questão de Berlim, que culminou com a construção do famoso *Muro de Berlim* (agosto de 1961), a separar as duas partes da cidade, para impedir a fuga de cidadãos de Leste para Ocidente. Como então reconheceu a Administração Kennedy, “em termos realistas, é provável que [o muro] torne mais fácil um acordo sobre Berlim”. Esse acordo nunca chegou, mas, como reconhece Tony Judt, “o muro pôs fim à carreira de Berlim como zona de crise das questões europeias e mundiais” e “mostrou que as duas grandes potências tinham mais em comum do que era publicamente reconhecido.”¹⁶

Entretanto, a recuperação económica da RFA acelerou-se: em finais de 1949, a produção industrial atingiu os níveis de 1936, níveis que foram ultrapassados em um terço no final de 1950. A Guerra da Coreia veio dar novo alento a este processo.

¹⁴ O *Pacto de Varsóvia* (incluindo a URSS, Polónia, Checoslováquia, Hungria, Roménia, Bulgária, Albânia e a República Democrática da Alemanha – RDA, cuja plena soberania foi então proclamada pela URSS) foi criado em 15 de maio de 1955, a seguir à integração da RFA na NATO (que a propaganda imperialista sempre ‘justificou’ ter sido criada para enfrentar os perigos do Pacto de Varsóvia...), o que implicava a remilitarização da Alemanha (o novo exército alemão, a *Bundeswehr*, foi criado em 1956, apenas onze anos após a rendição incondicional da Alemanha nazi). Talvez não seja simples coincidência o facto de, no dia seguinte, as quatro potências vencedoras da Guerra terem assinado o Tratado que determinou a retirada dos quatro exércitos ocupantes do território austríaco e reconheceu a independência da Áustria, que seria um país neutral, fora da NATO e do Pacto de Varsóvia.

¹⁵ Cfr. T. JUDT, *PÓS-GUERRA*, cit., 189.

¹⁶ Cfr. T. JUDT, *últ. ob. cit.*, 298/299.

Em vários países do centro e do leste da Europa e na China instauram-se regimes socialistas de democracia popular. A URSS – que logo no início de 1946 anunciou que não se integraria nos mecanismos resultantes dos Acordos de Bretton Woods – afirmou-se como segunda superpotência, nos planos político, económico e militar. Em 1945 dispunha da maior força militar que a Europa alguma vez tinha conhecido, e, em novembro de 1949, testou com êxito a bomba atómica, ganhando o estatuto de potência nuclear, quebrando o monopólio dos EUA.¹⁷ A colocação no espaço do primeiro satélite artificial (o famoso *Sputnik*, no início de outubro de 1957) evidenciou uma posição proeminente da ciência soviética nos domínios da matemática, da física, da informática, da eletrónica, das telecomunicações, da biologia, as bases da indústria aeroespacial e do domínio do espaço.

Nos territórios coloniais, os movimentos pró-independência começaram a manifestar-se, e, logo em novembro de 1945, Sukarno proclamou unilateralmente a independência da Indonésia; iniciativas várias conduziram à *Conferência de Bandoeng* (1955) e, progressivamente - em muitos casos, após sangrentas guerras, a independência das colónias avançou, culminando, pode dizer-se, com a derrota americana no Vietnã (1973), ficando de fora as colónias portuguesas e a África do Sul, cujo povo era colonizado pela minoria branca através do regime do *apartheid*. A *Revolução dos Cravos*, em Portugal (25 de abril de 1974), ao derrotar o regime colonial-fascista, foi um passo importante para acelerar a vitória dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas em África e para criar as condições que conduziram à derrota do *apartheid*.

4. – O *livrecambismo* foi sempre a ideologia das potências hegemónicas e dos interesses dominantes, tendo ajudado a Inglaterra industrial a controlar grande parte do comércio mundial e a tornar-se senhora do maior império colonial que a história regista.

De alguma forma, a revolução americana contra o colonialismo inglês fez-se, em grande parte, contra as medidas que impediam a industrialização da colónia americana. E, a partir de finais do século XVIII, os EUA adotaram claramente uma política protecionista. O protecionismo foi aliás, a par da abolição da escravatura, uma das questões em jogo na Guerra da Secessão.

¹⁷ O alcance destas mudanças para a história da humanidade ganhará relevo se recordarmos a doutrina oficial dos EUA quanto à utilização da bomba atómica, expressa em 1951, pelo Presidente Eisenhower, nestes termos brutais: “a utilização da bomba atómica seria decidida pela questão: ela ser-me-á vantajosa ou não...? Se acreditasse que a vantagem estaria do meu lado, usá-la-ia imediatamente” (*apud* P. BARAN, *A Economia Política...*, cit., 337). Com o galope da ‘guerra fria’, em janeiro de 1953 foi decidida a nuclearização da NATO e, em abril de 1954, os EUA anunciavam um novo passo na escalada: “Os Estados Unidos consideram que a capacidade de usar armas atómicas é essencial para a defesa da área da NATO, em face da ameaça atual. Eu suma, tais armas devem ser agora consideradas como se se tivessem tornado convencionais” (citação colhida em T. JUDT, *PÓS-GUERRA*, cit., 293). Mais recentemente, foi a vez de o congressista Bill Kristol fazer em público esta pergunta: “para que serve o armamento nuclear, se não o podemos utilizar?” (cit. por Paul Craig Roberts, em http://www.paucraigroberts.org/2012/07/08/the_collapsing_us_economy_end_world).

Identificando a defesa do livre-cambismo com a defesa dos interesses imperiais britânicos, Abraham Lincoln foi um dos mais notórios defensores do protecionismo.

E o mesmo fez a Alemanha, no século XIX, ao adotar medidas de *proteção das indústrias nascentes*, em nome da ideia de que, sem elas, a indústria alemã não conseguiria suportar a concorrência dos produtos ingleses.¹⁸

Os dois grandes campeões do livre-cambismo foram, aliás, até à 1ª Guerra Mundial, os países mais protecionistas. Para além de outros instrumentos utilizados, as tarifas alfandegárias sobre produtos industriais situavam-se, entre 40% e 50%, muito superiores às praticadas pela França e pela Alemanha (entre 15% e 20%). Quando terminou a 2ª Guerra Mundial os EUA cobravam, em média, taxas alfandegárias de 48%.

Terminada a Guerra, foi a vez de os EUA, agora potência hegemónica, imporem ao mundo os princípios do livre-cambismo nas relações de comércio internacional, princípios que estão presentes nos Acordos de Bretton Woods (1944), dos quais resultou o *sistema monetário internacional* (alicerçado na conversão do dólar em ouro, no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial) e o GATT (*General Agreement on Trade and Tariffs*).

Nessa época, os EUA tinham uma indústria sobredimensionada que não poderia confinar-se nos limites do seu espaço nacional. E a generalização do livre-cambismo facilitou aos EUA a ‘conquista’ dos mercados mundiais, cimentando ainda mais o seu poder de ‘tutela’ sobre todo o mundo capitalista.

Tanto mais que o dólar emergiu, no final da Guerra, como o único meio de pagamentos internacionais, porque era a única moeda convertível em ouro e porque os EUA eram, então, praticamente a única economia que poderia exportar o que todos os países pretendiam e que não produziam, graças à destruição operada pelo conflito.

Este *imperialismo do livre comércio* foi, claramente, um instrumento ao serviço da consolidação da posição hegemónica dos EUA em todo o mundo capitalista, no plano económico e no plano militar.

Sobretudo após a chamada *contra-revolução monetarista* (a partir de meados da década de 1970), o livre-cambismo, enquanto elemento fundamental da ideologia dominante, foi difundido e apoiado por campanhas alimentadas pelos poderosos *aparelhos ideológicos* ao serviço do grande capital. A “santíssima trindade” (FMI, Banco Mundial, OMC) tem desempenhado, a este respeito, um papel fundamental. A partir do início da década de 1980, a liberalização das trocas comerciais passou a fazer parte do caderno de encargos imposto pelo FMI e pelo BM a todos os países subdesenvolvidos que se viam obrigados a recorrer à sua ‘ajuda’. E os resultados foram desastrosos para esses países, no plano económico e no plano social. Passada

¹⁸ Nos anos 1960-1970, foi a vez de países como o Japão e a Coreia do Sul adotarem medidas protecionistas no quadro das suas políticas de industrialização.

a ilusão do eventual aumento das exportações a curto prazo (de matérias-primas e de produtos com fraco valor acrescentado), os países mais débeis veem hipotecadas as possibilidades de desenvolvimento autónomo a médio e a longo prazo.

Por parte dos EUA, tem sido clara a utilização da ‘arma’ do livre cambismo como instrumento para transformar o Continente americano em ‘reserva’ sua. Em 1990 foi assinada a NAFTA (*North America Free Trade Association*), que integra os EUA, o Canadá e o México. Em especial o México viu a sua economia transformar-se em mero apêndice da economia dos EUA.

Pouco depois, e com o mesmo objetivo, surgiu a ALCA (*Associação de Livre Comércio das Américas*), que aspirava a englobar todo o Continente americano. Aqui, as coisas foram mais complicadas, nomeadamente porque o Brasil não se mostrou interessado em tomar esse barco e apostou no reforço do MERCOSUL (ao qual aderiu em 2012 a Venezuela) e em outras formas de *cooperação sul-sul*.

Entretanto, em dezembro/2004, por inspiração da Venezuela, foi criada a ALBA (*Alternativa Bolivariana para as Américas*), inicialmente constituída pela Venezuela e Cuba e mais tarde alargada à Bolívia e à Nicarágua. Longe da inspiração librecambista, a ALBA reconhece as assimetrias e complementaridades entre os estados-membros e enquadra o comércio internacional numa ponderação mais ampla, assente no respeito por outros objetivos, como o direito à alimentação, o direito a dispor livremente dos recursos naturais, o direito à educação, à saúde e ao emprego.

O fundamentalismo librecambista ganhou novo fôlego com a passagem do sistema de negociação permanente que caracterizava o GATT para o modelo de *agência reguladora do livre comércio internacional*, que é a OMC (*Organização Mundial do Comércio*), o que ocorreu em 1994 (não por acaso depois do desaparecimento da URSS).

A ‘filosofia’ inspiradora da OMC vê na liberdade absoluta das trocas, na plena abertura dos mercados e no simples desenvolvimento do comércio a solução para todos os problemas dos chamados *países em desenvolvimento*. E o seu âmbito de atuação é bastante mais vasto do que o do GATT. Com efeito, no quadro da OMC, as regras do comércio livre aplicam-se não só ao comércio de bens e serviços (incluindo os serviços financeiros) mas também à propriedade intelectual, aos mercados públicos e ao investimento estrangeiro.

Desmentindo os dogmas do livre cambismo, os dados mostram que, no último meio século, os valores do comércio mundial têm aumentado sem cessar, mas as desigualdades e a exclusão social têm aumentado a um ritmo ainda maior. Por isso, muitos autores aparecem hoje a defender que, tendo em conta os ineteresses dos países de *desenvolvimento impedido* ou marcados por um *desenvolvimento dependente* ou *desenvolvimento maligno*, as relações comerciais internacionais devem inspirar-se nos *princípios da solidariedade e do desenvolvimento sustentável* e devem subordinar-se ao reconhecimento do direito dos povos à *auto-suficiência alimentar*.

5. – Terá sido bem intencionada a ideia que presidiu à criação da primeira das comunidades europeias, a CECA: ao colocar sob uma autoridade comum o ‘governo’ do carvão e do aço, procurava-se evitar que os conflitos de interesses à volta destes materiais estratégicos (nomeadamente entre a Alemanha e a França) condenassem os povos a uma nova guerra.

Mas a história mudou quando se começou a pensar no *mercado comum*, dando início ao processo que levaria ao Tratado de Roma (1957) e à criação da Comunidade Económica Europeia (CEE). Vivia-se então o período áureo do keynesianismo e das políticas keynesianas, mas a verdade é que, por mais estranho que pareça, a filosofia e a estrutura da CEE foram profundamente marcadas pelas concepções liberais em matéria de política económica.

Desde o início do processo, os críticos do Tratado de Roma deram-se conta de que o “espírito do mercado comum” acabaria por privar os estados-membros dos meios e das competências indispensáveis para assegurar o controlo da economia pelo poder político democrático. A história da ‘Europa’ confirma plenamente estes receios e previsões: o “espírito do mercado comum” acabou por conduzir à “abdicação da democracia”.

Passada a fase da CECA, o projeto do *mercado comum* visou pôr de pé uma estrutura económico-política que esvaziasse o ‘perigo’ de vitória eleitoral dos partidos comunistas na Itália e na França e que, no ambiente próprio daqueles tempos de *guerra fria*, servisse de tampão à influência da URSS. Por isso (e também porque as empresas americanas instaladas na Europa representavam então a 3ª economia mundial) os EUA apostaram no projeto ‘Europa’. Do lado europeu, alguns viram neste projeto a resposta adequada da Europa ao *défi américain*.¹⁹

Por outro lado, todos os seus promotores tiveram a consciência de que a ‘Europa’ liberal que começavam a pôr de pé iria ferir de morte a “Europa social”.

Embora admitindo a livre circulação de pessoas (sempre condicionada...), as *liberdades de circulação de serviços, de mercadorias e de capitais*, bem como a *liberdade de estabelecimento*, foram sempre assumidas e proclamadas como as *verdadeiras liberdades fundamentais*. A ‘falecida’ Constituição Europeia consagrava isto mesmo expressamente. Derrotado o ‘projeto constitucional’, as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa (dezembro/2007) não passaram de simples cosmética *para europeu ver*, como os seus responsáveis afirmaram em todos os tons. Na essência, tudo continua na mesma: aquelas *liberdades do capital* são mesmo as *liberdades fundamentais* que contam nesta ‘Europa’ do capital.

É hoje claro que os arquitetos da ‘Europa’ sempre souberam que as *liberdades fundamentais* de que falei há pouco, junto com as *regras comuns em matéria de concorrência*, implicavam o abatimento das soberanias nacionais. A consciência disto mesmo torna hoje

¹⁹ Cfr. Jean Jacques SERVAN-SCHREIBER, *Le Défi Américain*, Paris, Denoël, 1967 (trad. port., *América: Desafio ao Futuro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1968).

inequívoco que o desenho da CEE significou, deste ponto de vista, uma primeira vitória do liberalismo alemão sobre o intervencionismo francês, construído no após-guerra (forte setor empresarial do estado, planificação pública da economia e sistema público de segurança social). O liberalismo consagrado no Tratado fundador de 1957 não era ainda o neoliberalismo (à moda de Hayek e de Friedman). Era uma espécie de *liberalismo do possível*. Mas o projeto ‘Europa’ “apresentou-se desde o primeiro dia como uma máquina para liberalizar”.²⁰

Segundo um seu ilustre colaborador e biógrafo, Mitterrand confessava, em 1983, estar “dividido entre duas ambições, a da construção da Europa e a da justiça social”.²¹ Era o reconhecimento de que a *justiça social não tinha lugar na ‘Europa’* em construção desde 1957. E, como é sabido, Mitterrand optou pela construção da ‘Europa’, sacrificando a justiça social. Esta tem sido, desde o início do processo de integração europeia, a opção dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus.

Alguns anos mais tarde, logo a seguir à queda do Muro de Berlim (9.11.1989), Michel Rocard reconhecia, com grande frieza – seguindo, afinal, a lição de Mitterrand –, que “as regras do jogo do capitalismo internacional impedem qualquer política social audaciosa”, aceitando que, “para fazer a Europa, é preciso assumir as regras deste jogo cruel”.

Confissões como a de Rocard refletem concepções que equivalem à *morte da política* e ao reconhecimento de que *a soberania reside nos mercados*, ideia tão sugestivamente expressa nesta síntese espantosa de Joschka Fisher²² (ex-dirigente de *Os Verdes* e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo alemão liderado pelo SPD): “ninguém pode fazer política contra os mercados”.

Com a aprovação do *Tratado de Maastricht*, alterou-se profundamente a “natureza ideológica da comunidade”: esta passou a ser dirigida segundo princípios “ultraconservadores”, privando os estados-membros de autonomia em matéria de política monetária, cambial e orçamental e pondo em causa abertamente o chamado *modelo social europeu*. Os socialistas europeus – como venho escrevendo há anos – foram solidários neste golpe contra a *Europa social*, em benefício da *Europa do capital*. Fiquei confortado nas minhas posições quando vi João Ferreira do Amaral a não poupar nas palavras com que responsabiliza os socialistas europeus (incluindo o PS português) pela construção deste “mundo maastrichtiano”: “a culpa de o tratado ter sido aprovado cabe por inteiro aos partidos socialistas europeus”, porque “não estiveram à altura da situação e aprovaram sem reservas o Tratado de Maastricht. (...) Este desvio para a direita por parte do socialismo europeu (...) foi dos maiores erros que os socialistas poderiam ter cometido. O Tratado de Maastricht atacava o modelo social europeu e não dava margem para os

²⁰ Cfr. B. CASSEN, “Ressurreição...”, cit.

²¹ *Apud* Jacques ATTALI, *ob. cit.*, 399.

²² *Apud* U. BECK, *ob. cit.*, 58.

partidos socialistas ou social-democratas prosseguirem políticas informadas pelos valores que tradicionalmente defendiam.”²³

6. – A crise do petróleo (1973-1975) trouxe à luz do dia a *tendência para a baixa da taxa média de lucro*, que se vinha observando com clareza, especialmente a partir de meados dos anos 1960, nas mais importantes economias capitalistas (baixa de 33% no Japão; 30% nos EUA e 19% na Alemanha). A resposta a esta *crise estrutural do capitalismo* traduziu-se na chamada “revolução conservadora”, inspirada na *ideologia neoliberal*, iniciada com o *thatcherismo* no Reino Unido (1979) e com a *reaganomics* nos EUA (1980), que marcam o início deste novo ciclo, em que a *ideologia neoliberal* se confirmou, também na esfera política, como a ideologia dominante, a ideologia das classes dominantes, sob a liderança do capital financeiro.

Na viragem dos anos 1980 para os anos 1990, e no rescaldo das dificuldades sentidas em todo o mundo capitalista na primeira metade da década de 1970, o ‘velho’ *consenso keynesiano* foi posto de lado e a estratégia para tentar travar aquela perigosa *tendência no sentido da baixa da taxa média de lucro* foi ‘codificada’ no chamado *Consenso de Washington*. ‘Recomendado’ inicialmente pelo grande capital financeiro internacional e pelas estruturas ao seu serviço (G7, FMI, Banco Mundial, OMC...) aos ‘países em desenvolvimento’, este ‘consenso’ generalizou-se rapidamente a todo o ‘mundo civilizado’.

A concretização da estratégia definida neste *Consenso de Washington* ganhou um papel de relevo no âmbito da *política de globalização neoliberal* que vem sendo imposta aos povos de todo o mundo nas últimas três ou quatro décadas. A tarefa dos ‘globalizadores’ tem sido facilitada pela emergência de um verdadeiro *mercado mundial da força de trabalho*, no qual entram em concorrência trabalhadores de diferentes partes do mundo, com diferentes histórias coletivas, com muito diferentes níveis e expectativas de vida e muito diferentes condições para enfrentar a sua situação como classe explorada, e no qual está à disposição do grande capital um enorme do *exército de reserva de mão-de-obra* (à escala da UE, este ‘exército’ aumentou com o alargamento a leste).

A necessidade de contornar as dificuldades resultantes da baixa da taxa média de lucro nos setores produtivos da economia obrigou as grandes empresas industriais dos países mais desenvolvidos a seguir o caminho da ‘internacionalização’, ou seja, da *deslocalização de empresas*, em busca de mão-de-obra mais barata e sem direitos (na China, Índia, Indonésia, Bangladesh e outros países do chamado ‘Terceiro Mundo’), o que se traduziu em acentuada *desindustrialização*, com profundas alterações na estrutura da produção e do emprego e com repercussões em termos de reforço da debilidade das estruturas produtivas dos países dominantes.

²³ Ver J. FERREIRA DO AMARAL, *Porque devemos...*, cit., 99/100.

Após a experiência do *thatcherismo*, a aproximação da ‘Europa’ à ideologia neoliberal contou, a partir de meados dos anos 1980, com a adesão da social-democracia europeia aos dogmas da ideologia neoliberal e ao argumento *TINA* (There Is No Alternative) de que não há alternativa ao capitalismo e às *políticas de globalização neoliberal*. Os momentos críticos da acentuação e aceleração da submissão da ‘Europa’ ao espírito do *Consenso de Washington* (e à ‘filosofia’ segundo a qual “ninguém pode fazer política contra os mercados”) são o *Ato Único Europeu* (1986), que criou o mercado interno único e o *Tratado de Maastricht* (1992), que criou a *União Europeia*, bem como a *União Económica e Monetária-UEM* [moeda única (o euro), Banco Central Europeu (BCE) e Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC)] e, já em plena crise, o *Tratado Orçamental*. Com eles, a *ditadura do grande capital financeiro* passou a dominar a Europa.

Perante a acentuação das *dificuldades estruturais*, o sistema cerrava fileiras na tentativa de compensar a *tendência para a baixa da taxa média de lucro* e de prevenir e combater as crises cada vez mais frequentes.

Num mundo e num tempo em que a produtividade do trabalho atinge níveis até há pouco insuspeitados, as políticas neoliberais no quadro do *Consenso de Washington* agravaram as contradições do capitalismo, que podem estar a atingir um limite insuportável. A presente crise tem evidenciado, com efeito, as debilidades e as contradições de um sistema económico e social que hoje só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa média de lucro* e para tentar satisfazer as *rendas* (verdadeiras *rendas feudais*) de que vive o grande capital financeiro. A discussão sobre o *fim do estado social* – que a crise tem dramatizado – talvez seja um sinal de que, como o aprendiz de feiticeiro, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear.

O *empobrecimento* dos povos não os torna mais competitivos, torna-os mais vulneráveis e menos capazes de se desenvolver. Porque a *pobreza* não significa apenas baixo nível de rendimento e reduzido poder de compra: ela atinge a capacidade das pessoas para defender a sua liberdade e a sua dignidade. Amartya Sen tem sublinhado isto mesmo: “a privação de liberdade económica, na forma de pobreza extrema, pode tornar a pessoa pobre presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade.” E Paul Krugman lembra-nos que “a concentração extrema do rendimento” significa “uma democracia somente de nome, (...) incompatível com a democracia real.”

O *empobrecimento* de povos inteiros, o alargamento da mancha de pobreza, o aprofundamento da desigualdade, o aumento dramático do número dos *pobres que trabalham* (mesmo nos países ditos ricos) e a chaga da *exclusão social* (a *nadificação do outro*, na expressiva caracterização do cineasta brasileiro Walter Salles) justificam plenamente as nossas preocupações relativamente à preservação da democracia e da paz na Europa e no mundo.

Apesar de a ‘endeusada’ *Constituição Europeia* (assinada pelos Chefes de Estado e de Governo em outubro/2004) ter morrido de “morte matada”, pelos votos de franceses e holandeses, os partidos socialistas europeus continuaram a favorecer o curso da *contra-revolução monetarista*, ao provarem o chamado *Tratado de Lisboa* (dezembro/2007) e, mais recentemente, *Tratado Orçamental* (março/2012).

Um momento marcante desta ‘evolução’ foi sem dúvida o Congresso do Partido Social Democrata Alemão (SPD), realizado em Bad Godesberg, em 1959, que aprovou o novo programa do partido, no qual não figura qualquer referência a nacionalizações e se proclama que a propriedade privada merece a proteção da sociedade, desde que não impeça a realização da *justiça social*.

Preocupados fundamentalmente com a necessidade de ganhar ‘respeitabilidade’, os partidos socialistas e sociais-democratas europeus proclamaram o seu respeito pelo *deus mercado* e a sua ‘fé’ nas virtudes da “concorrência livre e não falseada” e da “economia social de mercado” (ou “economia de mercado regulada”), ‘aliviados’ pela ‘crença’ de que *não há alternativa* ao mercado e ao capitalismo. Resolveram *fazer política a sério*, afirmando a sua ‘vocação governamental’ e a sua disponibilidade para ‘assumir a responsabilidade’ (*responsabilidade de estado...*) de assegurar a *gestão leal do capitalismo*, sem pôr em causa o próprio sistema.

7. – O ‘delírio’ federador (escondido mas presente desde o início do processo de integração europeia) atingiu o seu ponto mais alto com a tentativa de aprovação da chamada *Constituição Europeia*. Diria mesmo um ponto patológico, bem patente na patética proclamação de Dominique Strauss-Kahn: “Fizemos a Europa, agora é preciso fazer os europeus.”

Como se vê, os fanáticos construtores da ‘Europa’ acreditaram que poderiam ‘construir’ a ‘Europa’ não apenas *contra os cidadãos europeus*, mas também *sem cidadãos* (fazem-se depois, talvez *made in China*, que ficam mais baratos...). Não compreenderam que os povos, as nações e os estados não se abatem por decreto ou por decisões de puro voluntarismo político, com recurso ao velho método do ‘rolo compressor’. Além do mais, os povos aperceberam-se de que se tratava de matar as soberanias nacionais em nome de uma ‘Europa’ “com falta de definição e de limites” (Pierre Nora), uma ‘Europa’ marcada pela “insegurança social, pela insegurança identitária, e pelo sentimento de desapossamento democrático” (Hubert Védrine), e os povos sabem que os estados nacionais soberanos constituem a matriz da liberdade e da cidadania e são a única entidade política que, nas condições atuais, pode opor-se às forças do capital. Por isso ‘chumbaram’ a *Constituição Europeia*.

Os ‘donos’ da ‘Europa’, porém, fizeram de contas que os europeus não tinham rejeitado “a Europa como ela é” (Jacques Chirac) e aprovaram, nas costas dos povos, no ambiente almofadado dos parlamentos, o *Tratado de Lisboa*, que deixou tudo na mesma, acentuando escandalosamente

o desequilíbrio de poderes entre os estados-membros da UE, apesar de continuar a proclamar, hipocritamente, a igualdade entre eles.

E em março/2012 foi aprovado, mais uma vez “à porta fechada”, o chamado *Tratado Orçamental*. Sempre com a cumplicidade ativa da “esquerda choramingas” (Frédéric Lordon), a ‘esquerda’ que “nunca quer questionar nada” (arriscando-se a nunca compreender nada), a ‘esquerda’ que lamenta, com uma lágrima ao canto do olho, o desemprego, a precariedade, as desigualdades e a exclusão social, mas que se recusa a identificar as suas causas estruturais, para não ter de as combater, levando tudo à conta da *globalização incontornável*, para a qual *não há alternativa...*

Como tudo o que de relevante vem acontecendo na UE desde Maastricht, o *Tratado Orçamental* é “um modelo político de marca alemã”, um produto imposto não por uma “Alemanha cooperante”, mas pela *Grande Alemanha*, liberta da “consciência de uma herança histórico-moral comprometedora” que, após a derrota militar, política e ética da Alemanha nazi, ditou uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspetivas dos outros”, mas por uma Alemanha ciosa de afirmar “uma clara pretensão de liderança” numa “Europa marcada pelos alemães.”

Ignorando todas as críticas feitas às deficiências estruturais da UEM (que a presente crise tornou visíveis a olho nu), este *Tratado* persiste em negar o que Paul Krugman considera “o fracasso de uma fantasia”.²⁴ Só esta atitude de ‘negação’ explica que se insista no erro de impor as *mesmas regras* (saídas da cabeça de tecnocratas iluminados e muito sensíveis aos interesses do grande capital financeiro) a países com situações e com histórias completamente diferentes, ignorando que a política não pode reduzir-se à *aplicação mecânica* de *regras iguais para todos*.

Nos termos deste Tratado, alerta Habermas, “os chefes de governo comprometeram-se a implementar nos seus respetivos países um catálogo de medidas a nível da política financeira, económica, social e salarial que, na realidade, seriam da competência dos Parlamentos nacionais (ou dos parceiros sociais).” Por outro lado, insiste o filósofo alemão, “o direito da Comissão a analisar *atempadamente*, portanto antes das decisões dos Parlamentos, os orçamentos dos estados-membros” “afeta competências fundamentais dos estados-membros e dos seus Parlamentos”, o que traduz “a arrogância de criar um precedente eficaz”. Para os cidadãos dos estados-membros (especialmente os mais fracos), fica a suspeita de “os seus governos nacionais serem apenas atores no palco europeu” e de os parlamentos nacionais “se limitarem a aprovar obedientemente (...) as decisões prévias tomadas noutra parte.” Estas são soluções que não podem deixar de “corroer qualquer credibilidade democrática.”²⁵

²⁴ Cfr. P. KRUGMAN, “Quando...”, cit.

²⁵ Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 73 e 163-169.

Tem razão o Primeiro-Ministro britânico quando afirmou que este tratado traduz o propósito de *tornar ilegal o keynesianismo*. Creio, porém, que é necessário ir mais longe. Porque o que está em causa, verdadeiramente, é a *ilegalização da democracia*, num *Tratado* que transforma em normas jurídicas pontos de vista doutrinários em matéria de política económica. Com efeito, a *regra de ouro das finanças sãs* (que, até há poucos anos, todos os manuais ridicularizavam...), à semelhança de outras constantes dos Tratados estruturantes da UE (a regra da independência dos bancos centrais, os requisitos do PEC, etc.), são meras sínteses das *opções políticas* do grande capital financeiro, as opções que têm servido de base à *política de globalização neoliberal*, transformadas, como que por magia, em *normas jurídicas*, de tipo ‘constitucional’.

Na minha leitura, estas *regras (normas-travão)* são as *regras do jogo* impostas à economia real e aos cidadãos pelo setor dominante da classe dominante do *capitalismo de casino* e visam garantir que os eleitos para cargos políticos (nos parlamentos ou nos governos) não tenham a veleidade de pretender honrar o mandato popular que receberam dos seus eleitores, prosseguindo políticas que não respeitem as *regras do jogo*. A mensagem que se quer fazer passar para os cidadãos da ‘Europa’ é clara: podem eleger partidos de direita ou partidos de esquerda, mas aqueles que forem eleitos ficam impedidos de respeitar aquele mandato, amarrados que estão por estas *regras* decorrentes do figurino neoliberal.

Mais uma vez por portas travessas, este *Tratado* visa, fundamentalmente, ‘constitucionalizar’ e eternizar o *neoliberalismo* e as *políticas de austeridade*, tornando o crescimento impossível para muitos países, que, como Portugal (e os ‘países do sul’) sofreriam um brutal *retrocesso civilizacional*, vendo inviabilizada a sua capacidade de desenvolvimento autónomo. Agravando o adquirido anterior, ele perfila-se como um verdadeiro *pacto colonial* imposto pelos ‘arianos’ do norte aos ‘bárbaros’ do sul, incapazes de autogoverno, visão que, embora traduza uma certa realidade, não pode esconder a verdadeira essência do que está a passar-se: uma imposição do capital financeiro e dos estados e outras instâncias do poder político ao seu serviço – a *ditadura do grande capital financeiro* – à grande massa dos que, em todo o mundo, vivem do seu trabalho.

As posições doutrinárias e a prática política dos governos nacionais e das instituições comunitárias justificam inteiramente as preocupações do antigo Presidente socialista do governo de Espanha, Felipe González, que, no início deste ano de 2013 (*Expresso*, 5.1.2013), reconhecia os perigos inerentes à *crise da democracia representativa*: “Os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes, impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa. É perigoso, pois tem algo de verdade indiscutível”.

8. – A chamada *crise das dívidas soberanas* dos “países do sul” (apresentada deste modo para esconder a *crise do euro* e a *crise da Europa*) veio pôr a descoberto as debilidades da ‘Europa’ enquanto estrutura política e a vontade da Alemanha de pôr a Europa a *falar alemão*. Com o objetivo de ‘esconder’ as causas e a natureza da crise, optou-se pela ‘solução’ de castigar os ‘povos inferiores’, pôr-lhes a rédea curta, e convencê-los de que a sua ‘cura’ tinha de passar por um calvário de sacrifícios, indispensáveis para que eles aprendam que não podem querer viver acima das suas posses (o sacrifício purifica...). Foi o tempo em que os portugueses (e outros ‘europeus’) se apressaram a dizer que Portugal não era a Grécia, outros a dizer que a Espanha não era Portugal, outros ainda a dizer que a Itália não era a Espanha, e ainda outros a dizer que a França não era a Itália... Foi um espetáculo pouco edificante. Foi a *desunião europeia* no seu melhor!

A meu ver, a *leitura alemã* da crise e as políticas que dela têm resultado podem ter servido os interesses (conjunturais) da Alemanha, mas ameaçam destruir a Europa. Estão a destruir as economias europeias e estão a romper o tecido social dos estados europeus, e podem até destruir a ‘Europa’ que os seus mentores têm vindo a construir à socapa, que poderá não resistir à *destruição da credibilidade do euro* enquanto moeda que aspirava ao estatuto de *moeda mundial de referência*, projeto em que tanto investiram os seus ‘inventores’. Tal ‘leitura’ e tais políticas podem muito bem anular os objetivos de paz originários das comunidades europeias (a começar pela *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço*), que pressupunham um ‘projeto europeu’ com uma *Alemanha europeia* (uma Alemanha com raízes fundas na ‘Europa’ e respeitadora dos interesses europeus).

Em 1953, falando em Hamburgo para estudantes universitários, Thomas Mann exortava-os a construir uma *Alemanha europeia* e a rejeitar a ideia de uma *Europa alemã*, exortação recordada, recorrentemente, logo após a ‘reunificação’ da Alemanha. Hoje, não faltam razões para temer que aquele apelo se tenha esfumado. Um homem tão comedido e tão conhecedor das ‘regras do jogo’ como Jean-Claude Juncker (atual Presidente da Comissão Europeia) não foi capaz de calar o que lhe vai na alma, declarando, numa entrevista (30.7.2012), que “a Alemanha trata a zona euro como se fosse uma sua filial”. Com efeito, a Alemanha, *cada vez mais alemã*, parece ter perdido “a consciência de uma herança histórico-moral comprometedora” que, durante alguns anos após a 2ª Guerra Mundial, ditou uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspetivas dos outros” (Habermas). E a ‘Europa’, ‘governada’ por esta *Alemanha alemã*, que coloca acima de tudo os interesses da Alemanha, tornou-se uma *Europa alemã*. E “a Europa alemã – quem o diz é Ulrich Beck – viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver”.

O novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida na história, está, com razão, a assustar muita gente. Em julho/2012, o semanário inglês *New Statesman* proclamava: “A mania da austeridade de Angela Merkel está a destruir a Europa”. Alargando o

âmbito da reflexão, o antigo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, escreve: “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez”.

A História não se reescreve, mas também não se apaga. Não tenho tanta certeza de que não se repita. Acredito, porém, que, tal como as pessoas, os povos têm de assumir a sua história por inteiro, com as suas grandezas e as suas misérias. Por isso entendo que a Alemanha, sem ter de esquecer as suas grandezas, não pode esquecer as suas misérias.

A Alemanha não pode esquecer que foi o devedor mais relapso ao longo do século XX, durante o qual cometeu, contra os povos da Europa e de todo o mundo, gravíssimos crimes contra a humanidade. Apesar disso, beneficiou do perdão de dívidas, oito anos apenas depois do fim da Guerra, contando-se a Grécia (e também a Espanha e a Irlanda) entre os países que perdoaram dívidas à Alemanha, permitindo ao inimigo da véspera condições para o crescimento da sua economia (*Acordo de Londres*, assinado em 27.2.1953).

A Alemanha não pode esquecer, sobretudo, que as tropas nazis assassinaram, em 1940, mais de um milhão de gregos, infligindo também à Grécia enormes prejuízos materiais, para além do roubo de obras de arte sem preço. Não é fácil calcular os danos morais (qual a recompensa por uma pessoa assassinada? E por uma pessoa torturada e condenada a morrer à fome em campos de concentração? E qual a recompensa pelo roubo do património artístico e cultural de um povo?). Mas poderão calcular-se os danos materiais.

A Alemanha não pode esquecer que nunca recompensou o povo grego pelos danos morais e materiais que lhe foram infligidos pelas forças armadas nazis. Por isso mesmo, o Ministro das Finanças alemão – que está sempre a dar lições aos ‘povos do sul’, exigindo-lhes que paguem as suas dívidas e impondo-lhes pesados sacrifícios – não pode vir dizer que a questão das reparações de guerra é assunto do passado. É uma arrogância que ofende o mundo inteiro, só comparável à daqueles que querem negar o holocausto. Por isso mesmo, faz muito bem o atual Governo da Grécia, que já anunciou o seu propósito de negociar com a Alemanha o pagamento desses danos, estimados em mais de 160 mil milhões de euros. Chegava para resolver os problemas financeiros da Grécia, que refletem ganhos fartos do capital alemão.

Em novembro/2011, o secretário-geral do partido da Sr^a Merkel proclamou, no Congresso do seu partido realizado em Leipzig: “Agora na Europa fala-se alemão”. Muito bem (ou muito mal). A Alemanha poderá, finalmente, tornar-se a potência hegemónica da Europa, ambição que parece não abandonar os dirigentes alemães. Esta Europa poderá até *falar alemão*, poderá até aproximar-se do “quarto Reich” de que falam alguns, recuperando a expressão cunhada, em 1995, pelo historiador inglês Andrew Roberts. Mas uma *Europa de servos* não será nunca uma *Europa de desenvolvimento e de paz*. Não pode falar-se de paz quando alguns dos estados mais fortes e a própria União Europeia impõem aos estados mais débeis *políticas de austeridade que atentam*

contra a dignidade dos povos, em vez de ajudarem estes povos a crescer, para não caírem na miséria e para poderem pagar a dívida que lhes seja exigível.

9. - O euro foi uma das ‘maravilhas’ anunciadas com o pacote da UEM. Desde o início, porém, houve quem chamasse a atenção para as consequências negativas da adesão ao euro por parte de países como Portugal, bem como para os ‘danos colaterais’ resultantes da ‘independência’ e das competências de inspiração monetarista do BCE e das exigências do PEC (pacto “estúpido” e “medieval”, na catalogação de Romano Prodi, então Presidente da Comissão Europeia).

Em 1997, Carlos Carvalhas (então Secretário-Geral do PCP) fez o seguinte diagnóstico, ao anunciar, na Assembleia da República, a posição dos comunistas portugueses, contrária à adesão de Portugal ao euro: “A moeda única é um projeto ao serviço de um diretório de grandes potências e de consolidação do poder das grandes transnacionais (...), por uma nova divisão internacional do trabalho e pela partilha dos mercados mundiais. A moeda única é um projeto político que conduzirá a choques e a pressões a favor da construção de uma Europa federal, ao congelamento dos salários, à liquidação dos direitos, ao desmantelamento da segurança social e à desresponsabilização crescente das funções sociais do estado.” Parece um texto escrito agora e antedatado...

Hoje muita gente partilha a opinião de que foi um erro a nossa adesão ao euro-moeda-única, ainda por cima a este *euro alemão*, concebido e concretizado ao serviço da estratégia imperial da Alemanha. Ao contrário do que anunciaram então os *euristas militantes* – talvez convencidos de que ele seria uma nova ‘Índia’ que nos traria, como que por milagre, o leite e o mel da nossa felicidade –, o euro não aproximou Portugal da ‘Europa’, muito menos do “pelotão da frente”... Portugal está a afastar-se da ‘Europa’.

Em livro recente, J. Ferreira do Amaral confirma isto mesmo, com bons argumentos: “a moeda única criou um enviesamento recessivo para a Europa, aprofundou o fosso entre países mais competitivos e menos competitivos, criou um espaço economicamente instável, sem meios de corrigir desequilíbrios conjunturais, e retirou possibilidades de crescimento às regiões presentemente menos competitivas, mas que são justamente as de maior potencial de crescimento futuro”. “O euro – conclui – poderá ter lançado a Europa num processo irreversível de decadência e de ressentimentos amargos. (...)Vinte anos depois, a economia portuguesa está destroçada, o estado em bancarrota, o País nas mãos de credores e sujeito a políticas ditas de ajustamento que reforçam esse domínio, os jovens portugueses desesperam e vêm-se obrigados a emigrar em massa; o desemprego ultrapassa todos os máximos anteriores; a própria sobrevivência de Portugal está em risco.”²⁶

²⁶ Ver J. FERREIRA DO AMARAL, *Porque devemos...*, cit., 15, 72, 92 e 93ss.

10. - À escala global, a presente crise do capitalismo tem evidenciado as debilidades e as contradições de um sistema económico e social que não vive sem situações recorrentes de desemprego e de destruição do capital em excesso e que hoje só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa de lucro* e para tentar satisfazer as *rendas* (verdadeiras *rendas feudais*) que são o suporte da hegemonia do grande capital financeiro. A discussão sobre o *fim do estado social* – que a crise tem dramatizado – talvez seja um sinal de que, como o aprendiz de feiticeiro, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear.

Desfeita, no início da década de 70 do século XX, a miragem do *capitalismo sem crises* saído da ‘revolução keynesiana’, o triunfo da “contra-revolução monetarista” e dos dogmas neoliberais significou, em certos aspetos, o regresso ao século XIX. Após o desmoronamento da União Soviética e da comunidade socialista, os neoliberais de todos os matizes convenceram-se, mais uma vez, de que o capitalismo tinha garantida a eternidade, podendo permitir todas as liberdades ao capital e esvaziar todos os direitos dos trabalhadores. Foi o reino do *pensamento único* e do *deus-mercado*. Foi a assunção (sem disfarce) do capitalismo como a *civilização das desigualdades*. Foi o ‘regabofe’ do *capitalismo de casino*, arrastando consigo a praga do *crime sistémico* e os perigos inerentes ao *fascismo amigável* (Bertram Gross) e ao *fascismo de mercado* (Paul Samuelson), que estão agora mais claros e mais próximos.

Enquanto ideologia que visa reverter em sentido favorável ao grande capital financeiro a correlação de forças entre o capital e o trabalho, o neoliberalismo, ao contrário do que por vezes se quer fazer crer, não é uma ideologia libertária, que dispensa o estado. Nas sociedades de classes em que vivemos, o capitalismo pressupõe sempre a existência do *estado capitalista*. E o neoliberalismo e o *projeto político* por ele veiculado exige, como todos podemos observar nos tempos que correm, um forte *estado de classe*, capaz de prosseguir objetivos ambiciosos.

Num livro de 1994, Andrew Gamble mostrou isto mesmo, com base na análise da experiência do thatcherismo: “a Nova Direita acredita que para salvar a sociedade livre e a economia livre é necessário restaurar a autoridade do estado. (...) A doutrina-chave da Nova Direita e do projeto político que ela inspirou é a economia livre e o estado forte”, capaz de “restaurar a autoridade a todos os níveis da sociedade” e dar combate aos *inimigos externos* (“enemies without”) e aos *inimigos internos* (“enemies within”).²⁷

E a análise do que se tem passado nos últimos trinta ou quarenta anos confirma isto mesmo. Foram as instituições do poder político (a *ditadura do grande capital financeiro*: os estados nacionais e as organizações internacionais dominadas pelo capital financeiro e pelos seus estados) que construíram, pedra a pedra, o império do *capitalismo neoliberal*, assente nos

²⁷ Ver A. GAMBLE, *The Free Economy...*, cit. 35 e 63-68 (todo o capítulo 2).

seguintes pilares: *liberdade absoluta de circulação de capitais* à escala mundial (a ‘mãe’ de todas as *liberdades do capital*); *desregulação* de todos os mercados (em especial os mercados financeiros, entregues ao “dinheiro organizado” comandado pelos especuladores, os ‘padrinhos’ do *crime sistémico*, a *sida da economia mundial*); imposição do dogma da *independência dos bancos centrais*, que se traduziu na ‘privatização’ dos estados nacionais, dependentes dos “mercados” (como as famílias ou as empresas) para o seu próprio financiamento (para o financiamento das políticas públicas); privatização do setor público empresarial, incluindo os serviços públicos (até a água!) e as empresas estratégicas que são o verdadeiro suporte da soberania nacional; aplicação de sistemas fiscais que favorecem os ricos e sufocam os pobres.

Só um *estado forte* poderia ter criado as condições que permitiram levar à prática os comandos do *Consenso de Washington*, dispensando o *compromisso* dos tempos do estado social keynesiano, substituindo-o pela *violência* do *estado neoliberal*, que se vem abatendo sobre os trabalhadores, com o objetivo de transferir para o capital os ganhos da produtividade, violência que se tem traduzido: na desregulamentação das relações laborais; na ‘guerra’ contra os sindicatos; no esvaziamento da *contratação coletiva* (que mostrou ser, como a OIT evidenciou, um instrumento de redistribuição do rendimento em sentido favorável aos trabalhadores mais eficaz do que as políticas de redistribuição de inspiração keynesiana); no desmantelamento do estado social e no ‘confisco’ dos direitos económicos, sociais e culturais dos trabalhadores (que muitas constituições consagram como *direitos fundamentais dos trabalhadores*).

11. – No contexto europeu, é hoje muito claro que a atual *crise do capitalismo* se está a traduzir em uma *crise do euro*, uma *crise da ‘Europa’*, uma *crise da democracia*. Vários são os autores que convergem nesta análise, com destaque (talvez não seja por acaso) para autores alemães. Ulrich Beck não tem dúvidas: “a crise do euro tirou definitivamente a legitimidade à Europa neoliberal.”²⁸

Segundo este destacado sociólogo alemão, os governos impõem *políticas de austeridade* “geradoras de tanta desigualdade e injustiça, que imputam, escandalosamente, aos grupos mais fracos os custos resultantes de um sistema financeiro que ficou descontrolado”; os governos adotam um “socialismo de estado para os ricos e os bancos” e aplicam as receitas do “neoliberalismo para a classe média e os pobres”; os governos adotam “políticas que salvam bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, mas desperdiçam o futuro das gerações jovens”.

Por isso é que “os governantes [governos e parlamentos] votam a favor da austeridade, as populações votam contra”. Por isso é que Ulrich Beck tem razão ao concluir que a situação atual na Europa se caracteriza pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca

²⁸ Cfr. U. BECK, *ob. cit.*, 111.

legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam.”

É notório o descrédito do neoliberalismo no plano teórico e não há como esconder os resultados calamitosos das políticas neoliberais. Mas a verdade é que os partidos do ‘arco do poder’ (que assim se assumem, como que confiscando a liberdade de escolha dos cidadãos eleitores) continuam, por toda a Europa, fiéis à tese de que *não há alternativa às políticas de austeridade* de inspiração neoliberal. Os reformistas de vários matizes estão, verdadeiramente, num impasse. O projeto de Habermas de “civilizar e domesticar a dinâmica do capitalismo a partir de dentro” não parece viável, porque, como o próprio Habermas reconhece, a ‘filosofia’ e as consequências das políticas neoliberais são “difícilmente conciliáveis com os princípios igualitários de um estado de direito social e democrático”. A submissão da *Europa neoliberal* ao *Consenso de Washington* nega qualquer viabilidade a propostas como a de Ulrich Beck²⁹: um *novo contrato social europeu*, “uma nova era social-democrata a nível transnacional.” A social-democracia europeia é estruturalmente neoliberal e está interessada em manter Keynes morto e bem morto, para não ter insónias.

Não sendo de esperar, com as atuais lideranças europeias, que possa concretizar-se o seu desejo de “aprofundamento da cooperação europeia”, Habermas vai ao ponto de defender que a UE se encontra numa encruzilhada entre “um aprofundamento da cooperação europeia e o abandono do euro”, não escondendo a sua preocupação quanto à “possibilidade real do fracasso do projeto europeu.”³⁰

E Ulrich Beck sustenta que todos os povos da Europa estão a ser vítimas da crise financeira e das políticas erradas adotadas para a enfrentar. Em resultado destas políticas, sublinha o sociólogo alemão, “os países devedores formam a nova ‘classe baixa’ da UE”, e “têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional”. A seu ver, tornou-se ambíguo o significado da cooperação e da integração europeia, sendo que a principal vítima desta ambiguidade é justamente “esta nova classe baixa da Europa” (os países devedores). “O seu destino – conclui Beck – é incerto: na melhor das hipóteses, federalismo; na pior das hipóteses, neocolonialismo”.³¹ Venha o diabo e escolha..., porque, nestes tempos e com esta ‘Europa’, a ‘solução’ federalista não será, a meu ver, mais do que uma forma de (ou um caminho para o) *neocolonialismo*. Creio que é esta mesma convicção que justifica a conclusão deste autor: “a adesão a esta ideia de *mais Europa* [i. é, mais federalismo] é cada vez mais reduzida nas sociedades dos estados-membros da UE.”

²⁹ Cfr. U. BECK, *ob. cit.*, 93ss.

³⁰ As citações de J. HABERMAS reportam-se à *ob. cit.*, 135-140, 153/154, 157 168/169.

³¹ Cfr. Ulrich BECK, *ob. cit.*, 21 e 64.

12. - Em livro recente, também Wolfgang Streeck analisa criticamente o processo em curso de *esvaziamento da democracia* como “uma imunização do mercado a correções democráticas”. Na sua ótica, esta imunização pode ser levada a cabo “através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970” [opção que entende não estar disponível atualmente], ou então “através de uma reeducação neoliberal dos cidadãos” [promovida pelo que designa “relações públicas capitalistas”, as grandes centrais de produção e difusão da ideologia neoliberal].³²

E logo explicita quais os caminhos que estão a ser percorridos para conseguir “a eliminação da tensão entre capitalismo e democracia, assim como a consagração de um *primado duradouro do mercado sobre a política*” [os itálicos são meus. AN]: «'reformas' das instituições político-económicas, através da transição para uma política económica baseada num conjunto de regras, para *bancos centrais independentes* e para uma *política orçamental imune aos resultados eleitorais*; através da transferência das decisões político-económicas para *autoridades reguladoras* e para *grupos de 'peritos'*, assim como dos *travões ao endividamento* consagrados nas constituições, aos quais os estados e as suas políticas se devem vincular juridicamente durante décadas, se não *para sempre*”.

O “primado duradouro do mercado sobre a política” passa ainda por outros caminhos: “os estados do capitalismo avançado devem ser reestruturados de forma a merecerem duradouramente a confiança dos detentores e dos gestores do capital, garantindo, de forma credível, através de programas políticos consagrados institucionalmente, que não irão intervir na ‘economia’ – ou, caso intervenham, que só irão fazê-lo para impor e defender a *justiça de mercado* na forma de uma remuneração adequada dos investimentos de capitais. Para tal – conclui o autor –, é necessário *neutralizar a democracia*, entendida no sentido da *democracia social* do capitalismo democrático do período pós-guerra, assim como levar por diante e concluir a liberalização no sentido da *liberalização hayekiana*, isto é, como *imunização do capitalismo contra intervenções da democracia de massas*”.

É uma longa transcrição, que me pareceu pertinente registar aqui, porque vejo nela a síntese de pontos de vista que venho defendendo há anos em outros escritos.

A reflexão de Wolfgang Streeck ajuda-nos a perceber o que está em causa quando as vozes ‘dominantes’ nesta Europa à deriva falam de *reformas estruturais*, de *regras de ouro*, da *independência dos bancos centrais*, da *reforma do estado*, de *finanças sãs*, da necessária reforma do *estado social*, do papel insubstituível das *agências reguladoras independentes*, dos benefícios da *concertação social*, da *flexibilização* do mercado de trabalho, da necessidade de ‘*libertar*’ a *ação política* (nomeadamente da política financeira) *do controlo do Tribunal Constitucional*.

E alerta-nos também para outro ponto: estas soluções ‘brandas’ (apesar de ‘musculadas’ e até violentas) só serão prosseguidas se “o modelo chileno dos anos 1970” não ficar disponível

³² Ver W. STREECK, *ob. cit.*, 59-66 e 91-105.

para o grande capital financeiro. Se as condições o permitirem (ou o impuserem, por não ser possível continuar o aprofundamento da exploração dos trabalhadores através dos referidos métodos ‘reformistas’ do “capitalismo democrático do pós-guerra”), o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, sem as máscaras que atualmente utiliza.

13. - No *Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza*, o Parlamento Europeu aprovou um Relatório onde se diz que, em 2010, cerca de 85 milhões de cidadãos da UE são afetados por situações de pobreza e de exclusão social e que mais de 19 milhões de trabalhadores europeus são considerados pobres.

São sinais de alarme particularmente significativos. Num mundo e num tempo em que a produtividade do trabalho atinge níveis até há pouco insuspeitados, talvez esta realidade (que quase parece mentira, de tão absurda que é) seja um alerta: ela pode significar que as contradições do capitalismo estão a atingir um limite insuportável. Em dezembro/2011, ao apresentar em Paris um Relatório da OCDE, o Secretário-Geral desta Organização recordava que, em virtude do aumento continuado das desigualdades sociais ao longo dos últimos trinta anos, “o contrato social está a desfazer-se em muitos países”.

As ‘reformas estruturais’ de que tanto se tem falado neste tempo de crise estão a conduzir ao *empobrecimento* de povos inteiros, ao alargamento da mancha de pobreza e da exclusão social, ao aprofundamento da desigualdade, ao aumento dramático do número dos *pobres que trabalham* (mesmo nos países ditos ricos), justificando plenamente esta conclusão e justificando também todas as preocupações relativamente à preservação da democracia e da paz.

Porque o empobrecimento dos povos não os torna mais capazes para se desenvolver, nem mais competitivos; torna-os mais vulneráveis e menos capazes de progredir. Porque esta não é uma estratégia promotora do crescimento, muito menos do crescimento equilibrado de todos os povos da União e, ainda menos, uma estratégia de aproximação dos níveis de vida de todos eles. É uma estratégia de domínio ‘colonial’ em benefício exclusivo da elite ‘colonialista’. Os mais débeis estarão cada vez mais no lugar da *panela de barro*, necessariamente esmagada pela *panela de ferro*.

É incontestável, por outro lado, que o alargamento da mancha de pobreza e da exclusão social que delas tem resultado é algo que põe em causa a própria civilização, nomeadamente as condições de vida em democracia. Porque a pobreza não significa apenas baixo nível de rendimento ou baixo poder de compra, ela priva as pessoas de capacidades básicas essenciais para a preservação e afirmação da sua dignidade enquanto pessoas. Amartya Sen tem sublinhado isto mesmo: “a privação de liberdade económica, na forma de pobreza extrema pode tornar a pessoa pobre presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade”.³³ Uma situação de pobreza

³³ Cfr. A. SEN, *ob. cit.*, 109.

generalizada, acentuada e continuada não é compatível com a democracia. Vale a pena levar a sério a advertência de Paul Krugman a este respeito: “a concentração extrema do rendimento” significa “uma democracia somente de nome”, “incompatível com a democracia real”.³⁴

Quem não esquece as lições da história não pode ignorar que a ascensão do nazismo – e a barbárie que ele trouxe consigo – está intimamente ligada à forte depressão e aos elevados níveis de desemprego que marcaram a sociedade alemã no início da década de 1930, mais violentamente do que em outros países da Europa, também em resultado das políticas contracionistas e deflacionistas levadas a cabo pelo governo conservador de Heinrich Brüning.

Em 1943, Michael Kalecki formulou este diagnóstico: “O sistema fascista começa com o desenvolvimento do desemprego, desenvolve-se no quadro da escassez de uma ‘economia de armamento’ e termina inevitavelmente na guerra”.³⁵ Perante a chaga social do desemprego em massa que assola a Europa, tudo aconselha a que levemos muito a sério o aviso de Paul Krugman: “Seria uma insensatez minimizar os perigos que uma recessão prolongada coloca aos valores e às instituições da democracia”.³⁶

Quem conhece um pouco da história sabe que a democracia não pode considerar-se nunca uma conquista definitiva. É preciso, por isso, lutar por ela todos os dias, combatendo os dogmas e as estruturas neoliberais próprios do capitalismo dos nossos dias, porque este é, essencialmente, um combate pela democracia.

Não quero ser pessimista, mas a verdade é que a persistência nas políticas da UE (disfarçada de *troika* ou atuando como tal ou como BCE) que estão a arruinar a economia dos ‘países do sul’ e a minar a sua soberania, bem como a insolência com que os governantes dos ‘países do norte’ vêm enxovalhando a dignidade dos ‘países do sul’, têm todas as características de uma verdadeira guerra.

Porque é de ‘guerra’ que se trata quando os estados mais fortes e mais ricos da Europa humilham os povos dos países mais débeis, ‘castigando-os’ em público com ‘penas infamantes’ e condenando-os a um verdadeiro *retrocesso civilizacional* em nome da *verdade* dos ‘catecismos’ neoliberais impostos pelo grande capital financeiro. Como se diz atrás, o chamado *Pacto Orçamental* constitui um verdadeiro “golpe de estado europeu”, que, sob a capa de soluções ‘técnicas’, dá corpo a uma visão totalitária que suprime o que resta das soberanias nacionais, ignora a igualdade entre os estados-membros da UE, ofende a dignidade dos chamados ‘povos do sul’ e dos seus estados, e aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes.

Pode estar em perigo também a paz na Europa. Porque é de guerra que se trata quando as políticas aplicadas pela UE são *políticas que pecam contra a dignidade dos povos* (como confessou Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia), políticas que consituem,

³⁴ Artigo no *New York Times*, 7.11.2011.

³⁵ *Ob. cit.*, 426.

³⁶ Cfr. *Acabem...*, cit., 31.

portanto, verdadeiros *crimes contra a Humanidade* (ou não?). De resto, o mesmo Jean-Claude Juncker (então Primeiro-Ministro do Luxemburgo e Presidente do Eurogrupo) alertava já em 2013 que “está completamente enganado quem acredita que a questão da guerra e da paz na Europa não pode voltar a ocorrer. Os demónios não desapareceram, estão apenas a dormir, como mostraram as guerras na Bósnia e no Kosovo”.³⁷

É um diagnóstico correto e preocupante: a presente *crise do capitalismo* tem vindo a acentuar e a evidenciar as contradições do ‘mundo velho’ que se julga predestinado para ser *eterno*. Só a luta organizada e consciente dos povos da Europa e do mundo pode evitar que este *poder ilegítimo*, que representa já um *grave retrocesso democrático*, arraste, mais uma vez, a Europa e o mundo para uma nova era de barbárie, e pode permitir que a crise abra o caminho para uma nova ordem europeia e mundial, assente na cooperação e na paz entre os povos. As condições não parecem particularmente favoráveis, mas não resta outro caminho, se queremos salvar a democracia.

António Avelãs Nunes
Coimbra, março/2015

³⁷ Entrevista a *Der Spiegel*, 10.3.2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTINI, Jean-Marie - *Les mécanismes du sous-développement*, 3ª ed. (colaboração de M. Auvolat e F. Lerouge), Paris, Les Éditions Ouvrières, 1967.
- AMARAL, João Ferreira do - *Porque devemos sair do euro – O divórcio necessário para tirar Portugal da crise*, Lisboa, Lua de Papel, 2013.
- ARNAULT, Jacques - *A Democracia à Americana*, trad. port., Lisboa, Editorial Caminho, 1984.
- ATTALI, Jacques – *Verbatim I*, Paris, Fayard, 1993.
- BARAN, Paul - *Political Economy of Growth*, Monthly Review Press, N. York, 1957 (utiliza-se a edição brasileira, *A Economia Política do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964).
- BECK, Ulrich – *A Europa Alemã – De Maquiavel a “Merkievel”*: *Estratégias de Poder na Crise do Euro*, trad. port., Lisboa, Edições 70, 2013.
- CASSEN, Bernard – “Ressurreição da ‘Constituição’ Europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), dez/2007.
- FURTADO, Celso - “A hegemonia dos Estados Unidos da América do Norte e o futuro da América Latina”, em *Perspectivas del Derecho Publico en la Segunda Mitad del Siglo XX*, t. I, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1966.
- GAMBLE, Andrew – *The Free Economy and The Strong State – The Politics of Thatcherism* (2ª edição), Londres, Macmillan, 1994.
- GUERNIER, Maurice - *La dernière chance du Tiers-Monde*, Paris, Robert Laffont, 1968.
- HABERMAS, Jürgen – *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Edições 70, 2012.
- JUDT, Tony – *PÓS-GUERRA – História da Europa desde 1945*, trad. port., Lisboa, Edições 70, 2007.
- KALECKI, Michael – “Political Aspects of Full Employment”, em E. K. HUNT and Jesse G. SCHWARTZ (Eds.), *A Critique of Economic Theory. Selected Readings*, Penguin Books, 1972, 420-430 (ensaio publicado originariamente em *Political Quarterly*, Vol. 14, 1943, 322-331).
- KRUGMAN, Paul – “Quando a austeridade falha”, *The New York Times*, 25.5.2011 (publicado em Portugal pelo *Jornal i*);
 – *Acabem com esta Crise já!*, Lisboa, Editorial Presença, 2012.
- MÈSZÁROS, István – *O Século XX – Socialismo ou Barbárie?*, trad. bras., São Paulo, Boitempo, 2006.
- SEN, Amartya – *Desenvolvimento como liberdade*, trad. bras., Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- STIGLITZ, Joseph E. – *Globalization and its Discontents* (2002), trad. em castelhano, *El Malestar en la Globalización*, Madrid, Santillana Ediciones Generales, 2002;
 – *O Preço da Desigualdade*, trad. port., Lisboa, Bertrand, 2013.
- STRECK, Wolfgang – *Tempo Comprado – A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*, trad. port., Lisboa, Conjuntura Actual Editora, 2013.